



VITÓRIA DA LUTA DOS PROFESSORES MINEIROS!



Em assembleia convocada pelo Sindicato da categoria (Sind-UTE), realizada no dia 6 de abril, os trabalhadores em educação de Minas Gerais, deliberaram acertadamente pela continuidade da greve. Já são 35 dias de movimento e a intensificação da pressão para que o governador do estado, Romeu Zema (Novo), cumpra a Lei e pague o Piso Salarial à categoria, deu resultados.

Graças a essa pressão foram aprovadas, em âmbito legislativo, as emendas no Projeto de Lei 3.568/22 que preveem reajustes salariais maiores para servidores da segurança, da educação e da saúde, garantindo os 33,24% do Piso Nacional para a educação. O governador, porém, vetou o Projeto. Este mesmo governador, no entanto, não se furtou a sancionar emendas que aumentaram o reajuste para o Poder Judiciário, para o Ministério Público, para o Tribunal de Contas e para a Defensoria Pública. Educadores e educadoras realizaram uma vigília nas galerias e no pátio da Assembleia legislativa (ALMG) para cobrar dos deputados e das deputadas estaduais a derrubada do veto. A

categoria também realizou uma Assembleia Estadual de Greve, nesta terça-feira, dia 12.

Novamente a categoria saiu vitoriosa e, por 55 votos a três, o plenário da ALMG, tendo a deputada estadual, Beatriz Cerqueira (PT) como principal articuladora, derrubou o veto de Zema. Agora, o governador tem 48 horas para promulgar os artigos que ele havia vetado e, se não o fizer neste prazo, a tarefa da promulgação passa a ser da ALMG.

É estritamente necessário que os trabalhadores em educação de Minas Gerais continuem organizados para impedir a reação de Zema, que anunciou que vai entrar na Justiça para barrar as emendas, visando a lei de responsabilidade fiscal.

Em todo o país, governadores e prefeitos tentam burlar a Lei do Piso Nacional da Educação, oferecendo reajustes que sequer repõe as perdas inflacionárias do último período. É hora de organizar uma luta nacional da educação, pela valorização salarial dos educadores e em defesa da educação pública.

#ZemaPagueoPiso



Calamidade na Saúde Pública de BH tende a aumentar



Em Belo Horizonte, capital de Minas Gerais, o decreto de calamidade pública devido à Covid-19 deveria vencer em 31 de dezembro de 2021, quando foram demitidos 600 servidores ligados diretamente ao combate à pandemia. No entanto, a situação comprometeu o atendimento e gerou conflitos nas Unidades de Pronto Atendimento - UPAs, inclusive com repressão da Guarda Municipal, e o decreto foi estendido até 31 de março deste ano. Esperava-se que, nesse período, a Secretaria da Saúde homologasse o último concurso e efetivasse os aprovados, mas nada foi feito nesse sentido, muito pelo contrário: mais 450 demissões foram realizadas no sistema UPA enquanto o quadro da Saúde Pública se agrava com o aumento dos casos de dengue e a saída do prefeito,

Alexandre Kalil (PSD), para disputar eleições. As mudanças no secretariado poderão levar a mudanças no pessoal técnico, prejudicando ainda mais o enfrentamento aos problemas vividos. Cláudia Navarro, a médica assumiu a Secretaria da Saúde é reconhecidamente conservadora e inimiga dos serviços públicos, tendo sido, como presidente do Conselho Regional de Medicina, uma defensora da chamada "interdição ética" das atividades médicas dos Centros de Referência de Saúde Mental de Belo Horizonte (Cersams), cujo objetivo é a destruição desses serviços em nome do retorno à política manicomial.

É preciso organizar a luta dos trabalhadores da Saúde, em unidade com todas as categorias de servidores, contra a desvalorização dos profissionais e o descaso com serviços essenciais à população.

Privatização é coisa de ladrão



De acordo com o próprio governo federal, na divulgação dos resultados econômico-financeiros de 2021 dos Correios, feita no dia 17 de março, a estatal registrou lucro corrente histórico de R\$ 3,7 bilhões em 2021. O valor supera em 101% o apresentado em 2020. Esse é o terceiro ano seguido em que a empresa tem resultado positivo.

Esse lucro se deve à exploração da mão de obra dos trabalhadores, com carga de trabalho dobrada e exaustão graças à perda de cerca de 20 mil trabalhadores (entre Plano de Demissão Voluntária PDV e demissões) sem reposição. A exploração se aprofundou quando mais de 50 cláusulas de direitos históricos conquistados pelos ecetistas foram retiradas do Acordo Coletivo por esse desgoverno de Jair Bolsonaro. Além disso, os artifícios contábeis para demonstração de resultados, feitos nos 3 últimos anos, com a retirada do provisionamento de despesas de saúde, ações

judiciais e PDI, se fossem apurados desde 2015, mostrariam que os Correios teriam tido lucro registrado no seu balanço contábil ao invés de prejuízo nos anos anteriores, como o governo afirma.

A empresa estatal, cujos lucros devem ser revertidos em benefícios para a população, nunca teve o déficit e prejuízo tão alardeados pelo governo que quer vendê-la para cumprir a promessa de campanha que Bolsonaro fez ao mercado financeiro nas eleições passadas. Apresentar os Correios como empresa deficitária nos exercícios de 2015/2016 é uma falácia desse desgoverno para justificar sua venda a preço de bananas para empresários que só oferecerão, depois, os serviços lucrativos, deixando para trás a função social da estatal.

#NãoAPrivatizaçãoDosCorreios

#CorreiosÉDoPovoBrasileiro

#ForaBolsonaroEPauloGuedes

Docentes do Ensino Superior aprovam plano de lutas



Aconteceu em Porto Alegre-RS o 40º Congresso do ANDES-SN, com a presença de 642 participantes. O Congresso contou com a participação de 89 Seções Sindicais. Foi o primeiro congresso presencial desse Sindicato Nacional, após o início da pandemia e, diante da conjuntura, fundamental para a organização das pautas da categoria docente e o debate do Plano de Lutas.

No plano de lutas foi debatida a agenda para a construção da greve nacional dos servidores públicos em defesa da recomposição salarial e da carreira docente e das Universidades, da ciência e da tecnologia públicas, contra as políticas de mercantilização e privatização da educação pública.

Os desafios para a organização dos docentes são eminentes, haja vista que o governo ataca as Universidades e a pesquisa com cortes de recursos e intervenções nas escolhas de reitores/as. É preciso ocupar as ruas, em unidade com todos os servidores públicos, contra a Reforma Administrativa, PEC 32, para derrotar Bolsonaro e construir uma ação ofensiva da classe trabalhadora contra as investidas do capital, tanto na educação básica, quanto no ensino superior.